

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 07, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a criação, implantação e o Regimento do Núcleo de Produção Digital (NPD) da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 14 de março de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e

CONSIDERANDO o acordo de cooperação técnica e cessão de uso de equipamentos digitais, produção e edição de conteúdo audiovisual, celebrado entre o Ministério da Cultura (MINC) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), visando à implantação de um Núcleo de Produção Digital (NPD);

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas e procedimentos relativos ao disposto no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e legislação correlata,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação, implantação e o Regimento do Núcleo de Produção Digital da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO

Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REGIMENTO DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DIGITAL (NPD) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo único da Resolução nº 07/2018 - Consuni
Aprovado pelo Conselho Universitário em 14 de março de 2018.

Palmas/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 07/2018 – CONSUNI

REGIMENTO DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DIGITAL (NPD) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

CAPITULO I

Da Natureza, Objetivos e Finalidades.

Art. 1º O Núcleo de Produção Digital Isabel Auler da UFT (NPD/UFT), vinculado à Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), ampliará democraticamente o acesso dos cidadãos tocantinenses aos meios de produção e edição audiovisual, de forma descentralizada e regionalizada, através das seguintes ações:

I - realizar atividades (cursos, oficinas, mostras, palestras) voltadas para a produção e difusão do conteúdo audiovisual brasileiro;

II – produzir conteúdo de audiovisual (documentários, vinhetas, animações, curtas, médias e longas metragens) em todo o Estado do Tocantins;

III – realizar o intercâmbio entre instituições públicas e privadas, entre profissionais e estudantes, entre comunidade acadêmica e sociedade civil;

IV – formar e consolidar parcerias, para o desenvolvimento da atividade audiovisual nas diversas regiões do estado, com entidades privadas e com o Poder Público, nas esferas municipal, estadual e federal;

V – oferecer espaços de formação em audiovisual democráticos e acessíveis, com estrutura humana, física, tecnológica e metodológica;

VI - promover a formação e o aprimoramento profissional e artístico de técnicos e realizadores audiovisuais nas mais diversas funções.

CAPÍTULO II

Das Atividades do NPD da UFT

Art. 2º As atividades do NPD serão realizadas, conforme sua natureza, considerando o acordo de cooperação técnica n.º 29/2017, firmado entre a Universidade Federal do Tocantins e o Ministério da Cultura.

Art. 3º Caso o NPD também seja um espaço dedicado à difusão audiovisual (cineclube), deverá ser priorizada a exibição de conteúdo brasileiro e latino-americano, em percentual não inferior a 60% (sessenta por cento) de todo o acervo exibido, visando à formação de plateia crítica e conhecedora da diversidade cultural brasileira e latino-americana.

Art. 4º Os conteúdos audiovisuais produzidos no âmbito do NPD, mesmo aqueles em regime de coprodução pela cessão de equipamentos e/ou programas e ações de fomento serão licenciados, considerando as peculiaridades de cada proposta, para distribuição e exibição institucional, em caráter não exclusivo e de forma não onerosa, para o Programa Brasil, para programas da Universidade Federal do Tocantins (portais na internet, cineclubes e pontos de exibição, dentre outros programas), sejam eles fomentados, geridos e/ou administrados pelo Ministério da Cultura, e/ou pela Universidade Federal do Tocantins, e/ou em parceria com outros entes públicos.

CAPÍTULO III

Da Criação e Implementação do Comitê Gestor do NPD/UFT

Art. 5º Cabe à PROEX/UFT a obrigação de proceder à interlocução junto aos entes públicos locais e sociedade civil organizada do campo cultural, em especial do setor audiovisual, para criação e implementação do Comitê Gestor do NPD da UFT, que terá, dentre outras, as seguintes prerrogativas:

I - se estabelecer enquanto ponto focal de discussão e articulação junto à Secretaria do Audiovisual/Minc na interlocução, difusão e implementação da política audiovisual tocaninense e nacional;

II – indicar representantes para compor a coordenação dos projetos que vierem a ser implantados em conjunto com outras instituições;

III – promover ações de formação e de regionalização do audiovisual, por meio do NPD;

IV – formular os relatórios semestrais e planos anuais de ação do NPD/UFT, tendo como foco o atendimento de demandas de toda a sua área de abrangência;

V – formular os editais de fomento e normas de utilização dos equipamentos do NDP.

VI – se constituir enquanto instância legítima de encaminhamento de demandas por apoio institucional e/ou financeiro à Secretaria do Audiovisual/Minc e às demais instâncias do poder Estadual e poderes municipais;

VII – criar um calendário de reunião para acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pelo e no Núcleo.

Parágrafo único. As prerrogativas de que se referem os incisos IV, V e VI deverão ser submetidas à análise e aprovação da PROEX/UFT.

Art. 6º O Comitê Gestor é a instância máxima deliberativa do NPD.

Art. 7º O Comitê Gestor deverá ter representação dos sete Câmpus da UFT; do poder público local e da sociedade civil organizada, sendo que sua coordenação será exercida por servidor pertencente ao quadro permanente da UFT.

Art. 8º O Comitê Gestor será um órgão colegiado de deliberação e orientação técnica e administrativa, formado pelos seguintes membros:

I – um coordenador, indicado pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários;

II – um representante, indicado pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários;

III – um representante, indicado pelo Diretor de Comunicação da UFT;

IV – um representante indicado pelo colegiado do Curso de Jornalismo da UFT;

V – um representante de cada Câmpus da UFT, indicado pelo Conselho Diretor;

VI – três representantes da sociedade civil organizada, envolvidos no setor audiovisual, admitidos através de edital;

VII – três representantes dos entes públicos locais, envolvidos no setor audiovisual, admitidos através de carta convite.

Parágrafo único: O mandato dos representantes do Comitê Gestor é de dois anos, permitida uma recondução por igual período.

CAPÍTULO IV

Das Condições para Utilização dos Equipamentos do NPD

Art. 9º. A operação dos equipamentos poderá ser feita por usuários (comunidade acadêmica e externa), desde que obedecem a critérios definidos através de edital.

Art. 10. Os critérios de utilização dos equipamentos serão definidos através de edital.

Art. 11. É de plena e exclusiva responsabilidade do usuário a guarda e a proteção do bem. Qualquer fato que implique na perda, furto ou extravio do bem, o usuário providenciará a sua imediata reposição, com as mesmas qualidades, funções e características técnicas.

Art. 12. Os usuários deverão utilizar e conservar os bens do NPD, devendo devolvê-los no mesmo estado em que estiver recebido, salvo os desgastes decorrentes do uso natural da sua finalidade.

Art. 13. É expressamente vedada a utilização dos equipamentos ao uso em outras atividades que não estejam contempladas no âmbito da previsão e condições expressas neste regimento.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas-TO, 14 de março de 2018.